



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 15 DE ABRIL DE 2020 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).

Statkraft Energias Renováveis S.A.
03 abril 2020



Statkraft

Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS.....	3
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 9ª DA ICVM 481/09) 3	
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	3
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)	3
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOVER.....	3
1.5	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) 3	
1.6	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09.	4
1.7	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO III – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, SE HOVER.	8
2.	INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS	9
2.1	EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	9
2.1.1	APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019;	9
2.1.2	APRECIAR A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019;.....	9
2.1.3	PROPOSTA DE RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	10
2.1.4	PROPOSTA DE RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	10
2.2	EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	11
2.2.1	APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA 11	
2.2.2	ELEIÇÃO OU RECONDUÇÃO DE MANDATO, POR MAIS 01 ANO, DOS MEMBROS DOS “COMITÊS DE ACESSORAMENTO” DA COMPANHIA.....	12

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2019 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 17 de março de 2020 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia no dia 31 de março de 2020. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br.

1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

1.5 § 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 17 de março 2020, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

1.6 § 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 45.236 mil em 31 de dezembro de 2019.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 5% do lucro líquido, após a apropriação da reserva de lucros.

A Administração irá propor distribuir dividendos totais de 5% do valor do lucro líquido. O montante a pagar será de R\$ 2.149 mil, que corresponde a R\$ 0,009839095 por ação cuja data de pagamento será 16 de abril de 2020.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante total distribuído corresponderá a 5% do lucro líquido, descontada a constituição da reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Administração irá propor distribuir dividendos sobre o resultado do exercício de 2019. O montante total a pagar será de R\$ 2.149 mil, correspondente a R\$ 0,009839095. O valor será pago em 16 de abril de 2020.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O saldo previsto para pagamento é de R\$ 2.149 mil, correspondente a R\$ 0,009839095 por ação ordinária, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios, a serem pagos em 16 de abril de 2020, sendo que a parcela restante será paga conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A parcela correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,009839095 por ação) será paga no dia 16 de abril de 2020.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data é 15 de abril de 2020, da realização da AGO.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2019	2018	2017
0,207151	0,52064	0,05861

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2019	2018	2017
207,151	520,64	58,61

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2019	2018	2017
R\$ 17.725 mil	R\$ 23.312 mil	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 2.261 mil.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

b) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Está previsto pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios

c) Informar o montante eventual retido

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante de resultado destinado à reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

.....

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b) Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

1.7 § 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 10 de março de 2020 recomendou ao Conselho da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2019.

2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

2.1 Em Assembleia Geral Ordinária

2.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 17 de março de 2020 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 31 de março de 2020. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

2.1.2 Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

De acordo com o artigo 19, inciso XXII do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a proposta de apropriação do lucro líquido do exercício para posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária da Companhia.

Passo 1 - Definições sobre os Dividendos Mínimos a serem distribuídos de acordo com os Estatutos da SKER:

Valores em R\$	
Lucro líquido do exercício de 2019	45.235.712,71
Constituição de reserva legal (5%)	(2.261.785,64)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	42.973.927,07
Dividendos mínimos obrigatórios (5%)	2.148.696,35
<hr/>	
Statkraft Investimentos Ltda (81,307889%)	1.747.059,65
FUNCEF (18,692111%)	401.636,71

Considerando a demanda de capital esperado de acordo com o Business Plan da Companhia, o restante o lucro líquido será destinado a conta de **reservas de lucros**.

Proposta da Administração

Tendo em vista o lucro realizado no exercício 2019, o valor será pago aos acionistas nos termos acima mencionados.

2.1.3 Proposta de recondução dos membros do Conselho Fiscal

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **EMANUELA ROGGIA** e **MARCOS BETT PAGANI**, para o cargo de membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia; **NATASHA GAERTNER LEWIN**, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá **PAULO ANDRES SIQUEIRA** para o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.1.4 Proposta de recondução dos membros do Conselho de Administração

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **AUSTIN LAINE POWELL**, **KJERSTI RÖNNINGEN** e **SIMEN BRAEIN**, para o cargo de membros titulares do Conselho de Administração da Companhia; **TRON ENGBRETHSEN** e **LAURENT GONZALO**, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá **ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA** e **DELVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO** para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; **VICENTE CELSO ORRU DE AZEVEDO**, para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.2 Em Assembleia Geral Extraordinária

2.2.1 Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos Conselheiros Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A fim de garantir a igualdade interna, a porcentagem proposta para ajustes salariais será definida de acordo com o ajuste salarial dos empregados como resultado das negociações sindicais.

Como referência para fins orçamentários, a porcentagem proposta considera o mínimo de 4% até o máximo de 5%, o que será a mesma estratégia adotada para negociações sindicais para outros funcionários.

Proposta da Administração

Portanto, para o período de 1º de maio de 2020 até 30 de abril de 2021, período estimado entre a Assembleia Geral Ordinária, o montante total da remuneração dos Diretores (não incluindo o Programa Bônus), incluindo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é BRL 9.267.875,93, com base no ajuste máximo de 5%. Os números totais incluem contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro.

Destaca-se que a variação para a remuneração apurada e divulgada em 2019 (janeiro-dezembro/19) deve-se a (i) efeito inflacionário sobre honorário – 6,5%, (ii) posição de Diretor de Gestão de Ativos, efetivada apenas em 01/10/2019, distorcendo a comparação e (iii) nova posição de Diretor de Construções prevista a partir de 2020, ainda não contratada.

De acordo com o artigo 19, inciso XXI do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a distribuição da remuneração global estabelecida pela Assembleia Geral.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 a verba anual prevista é R\$ 73.902,18, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 a verba anual prevista é R\$ 400.918,35, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Recursos Humanos, um Diretor Jurídico, um Diretor de Operação e Manutenção, um Diretor de Desenvolvimento e

Novos Negócios, um Diretor de Gestão de Ativos e um Diretor Regulatório e demais Diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 a verba anual prevista é R\$ 8.793.055,40, incluída a contribuição patronal à previdência social, além de benefícios.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrada no item 13.16 do anexo II.

2.2.2 Eleição ou recondução de mandato, por mais 01 ano, dos membros dos “Comitês de Assessoramento” da Companhia

A composição dos comitês de assessoramento da Statkraft será composta por: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: Kjersti Rønningen, Jan Erik Felle (suplente), Mariana Pontes e Gabriel Morum (suplente); (ii) Comitê de Recursos Humanos e Remuneração: Merve Ergün, Roxana Eyzaguirre (suplente), Andrei Angelo Busanello e Mariana Pontes (suplente); e (iii) Comitê de Investimentos: Austin Laine Powell, Simen Braein (suplente), Mariana Pontes e Andrei Angelo Busanello (suplente).

- ANEXO I -

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Afirmação da Statkraft no Brasil

O ano de 2019 representa para a Statkraft no Brasil um importante marco na afirmação das ambições desta Companhia em se tornar um importante player no mercado brasileiro. O EBITDA de R\$ 229 milhões, demonstram a solidez operacional da Companhia e o início de resultados consistentes esperados, incluindo a contribuição dos ativos de geração adquiridos pela Companhia em 2018.

Plano de crescimento

Além do sólido desempenho operacional, a Statkraft participou do leilão com os seus projetos eólicos Ventos de Santa Eugênia, cuja capacidade instalada estimada total é de 420 MW e Serra de Mangabeira, com capacidade instalada estimada total de 75,6 MW.

Ventos de Santa Eugênia teve 300 MW da sua capacidade instalada vendidos no leilão, ao assegurar a comercialização de 75,30 MW médios, o que representa 55% da garantia física, com preço de venda de R\$ 97,90 por MW/h.

Serra da Mangabeira cadastrou no leilão toda a sua capacidade instalada e teve 12,1 MW médios vendidos, o que representa 30% da sua garantia física, com preço de venda de R\$ 99,88 por MW/h.

Os projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às distribuidoras de energia elétrica, por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

Como estratégia comercial a Statkraft comercializará o saldo remanescente da garantia física dos projetos vendidos no leilão (cerca de 90 MW médios), além da garantia física associada aos 120 MW remanescentes, no mercado livre ou leilões futuros.

O resultado está alinhado com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer de forma robusta para adquirir e otimizar ativos em operação, de forma a incrementar sua capacidade de geração de energia hidráulica, eólica e solar.

b) Estrutura de capital

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

Em agosto de 2018 a Companhia realizou a liquidação antecipada do financiamento da subsidiária PCH Esmeralda. Tal iniciativa concluiu a sequência de eventos de desalavancagem, iniciados em dezembro de 2017 com a liquidação antecipada dos financiamentos das subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, todos utilizando-se de recursos próprios de caixa. Estas ações foram parte do plano de otimização da estrutura da capital da Companhia, que refletiu-se na melhora dos principais indicadores da Companhia, conforme observa-se abaixo.

Em dezembro de 2018, em linha com a aquisição da participação societária nos ativos Tamar e Santa Fé, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal de R\$ 1 mil e prazo de vencimento de 5 anos. Ainda, também em dezembro de 2018, a Companhia contratou um empréstimo ponte no valor de R\$ 30 milhões. Esse empréstimo de curto prazo possui vencimento em 20 de setembro de 2019, liquidado conforme a previsão.

Em 31 de dezembro de 2019 a dívida líquida somava R\$ 283,8 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

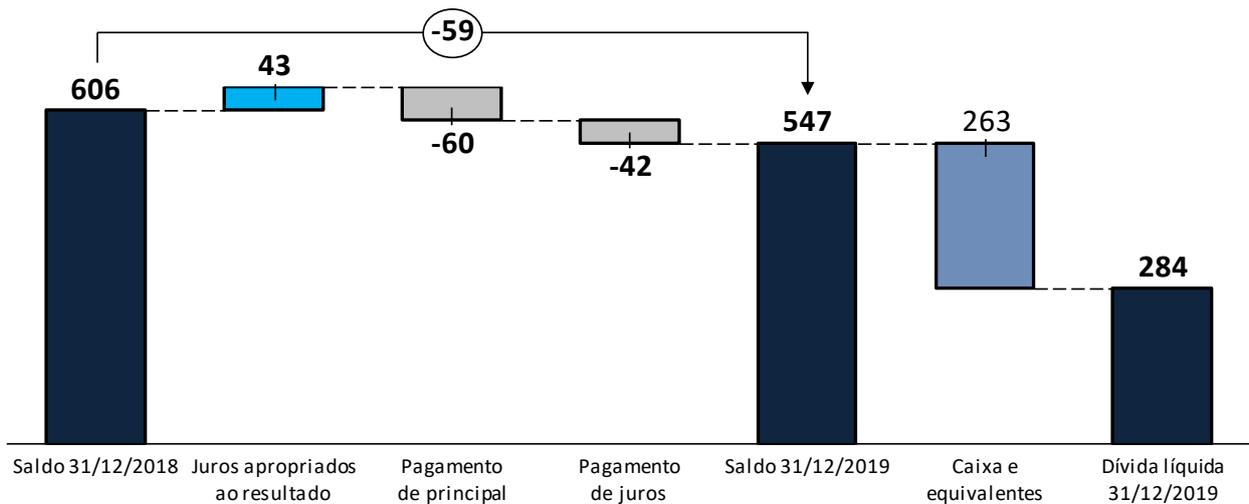
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro 2018	30 de dezembro de 2019	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	606.120	547.100	-59.020	-9,7
- Financiamento de obras - BNDES	130.814	115.128	-15.686	-12,0
- Financiamento de obras – BNB	218.103	204.281	-13.822	-6,3
- Debêntures 476 e outros	257.203	227.690	-29.513	-11,5
Caixa e aplicações financeiras	304.192	263.250	-40.942	-13,5
Dívida líquida	301.928	283.850	-18.078	-6,0
EBITDA (últimos 12 meses)	187.529	229.099	38.655	22,2
Dívida líquida / EBITDA	1,6	1,2	-0,4	-25,0

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

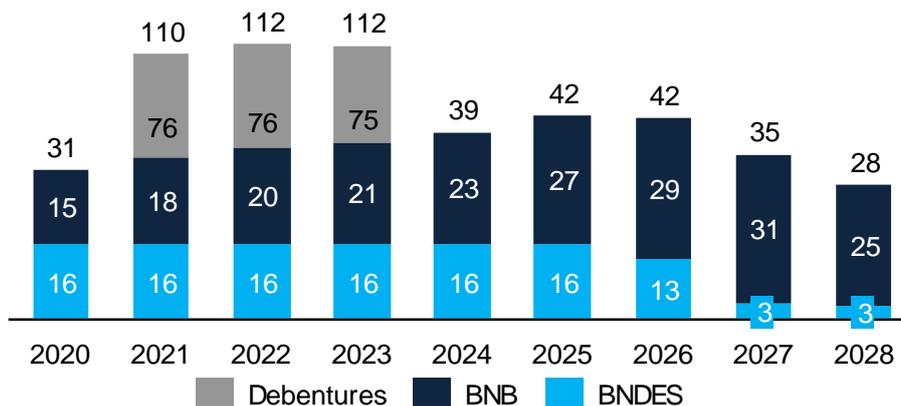
Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou redução de 9,7% ou R\$ 59,0 milhões.

As movimentações que contribuíram para redução do saldo foram (i) a amortização de R\$ 60,1 milhões de principal e (ii) pagamento de R\$ 41,8 milhões de juros.

Por outro lado, a movimentação que contribuiu para o aumento foi a (iii) apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 42,7 milhões.

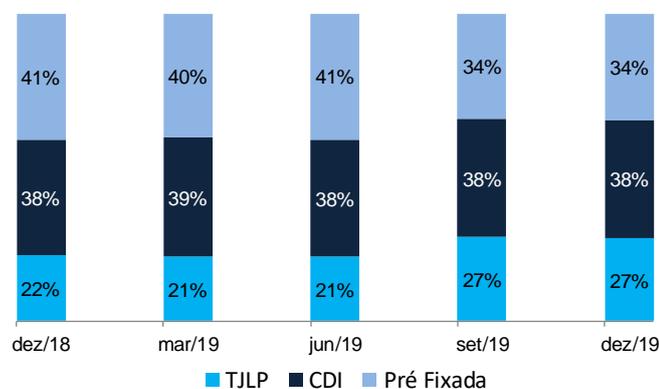


O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 547,1 milhões de 31 de dezembro de 2019, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

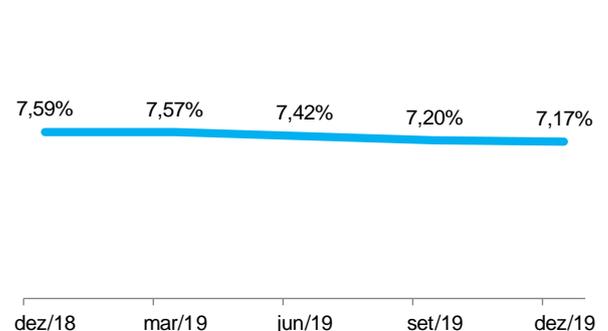


Em dezembro de 2019, a participação do dívida atrelada à TJLP era de 27%, representada pelos empréstimos do BNEDES, ante a 34% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB, e 38% atrelada ao CDI, representada pelas debêntures.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária

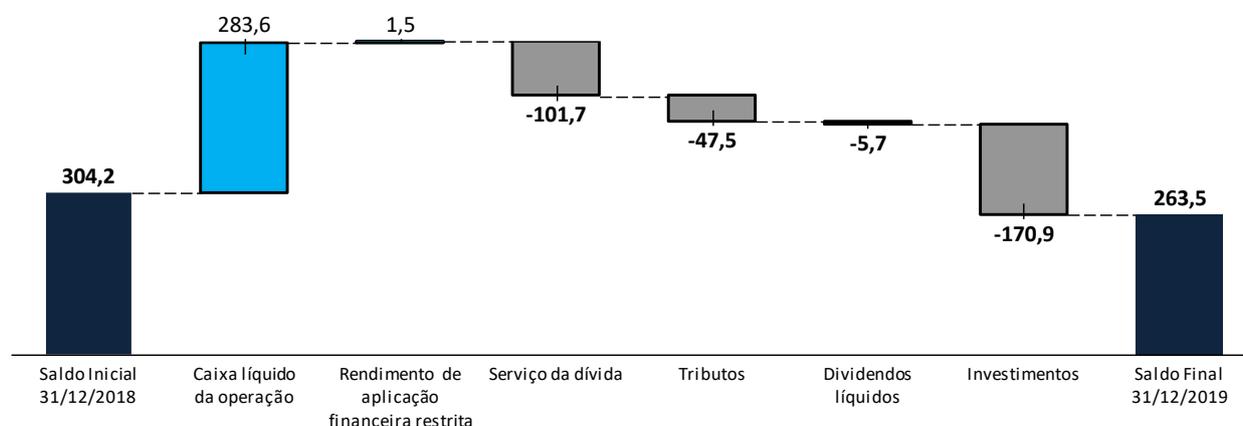


Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 40,9 milhões.

As movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros e principal sobre financiamentos no valor de R\$ 101,7 milhões, (iii) tributos pagos sobre o resultado, no valor de R\$ 47,5 milhões, (iv) dividendos pagos no valor líquido de R\$ 5,7 milhões e (v) investimentos realizados no valor de R\$ 170,9 milhões.

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para o aumento foram a (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 283,6 milhões, (ii) o rendimento de aplicações financeiras restritas de R\$ 1,5 milhão.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 219,7 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 43,8 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo.



c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento e nossa posição de liquidez, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Destaca-se abaixo os recentes eventos de readequação do perfil da dívida da Companhia:

- Em 27 de janeiro de 2020, a subsidiária Passos Maia Energética S.A. realizou o pagamento antecipado de seu financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 44.837 referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte por aporte de capital recebido de seus acionistas (R\$ 40 milhões – no dia 27 de janeiro de 2020) e parte através de recursos próprios.
- Ainda, no dia 27 de fevereiro de 2020, a Statkraft Energias Renováveis S.A. realizou a contratação de dívida bancária no montante de R\$ 255 milhões. Os recursos capturados têm por objetivo o pré-pagamento dos demais financiamentos de suas subsidiárias, como parte integrante de um projeto de *liability management*.
- Como ação subsequente ao recebimento dos recursos financeiros acima descritos, no mesmo dia 27 de fevereiro, a Companhia realizou aporte de capital nas seguintes subsidiárias: (i) Monel

Monjolinho S.A – R\$ 71 milhões, (ii) Moinho S.A – R\$ 28 milhões, (iii) Macaúbas Energética S.A – R\$ 57 milhões, (iv) Seabra Energética S.A – R\$ 49,5 milhões e (v) Novo Horizonte Energética S.A – R\$ 49,5 milhões, destinando assim a totalidade dos recursos obtidos através de financiamento bancário.

- No dia 28 de fevereiro de 2020, as subsidiárias Monel Monjolinho Energética S.A., Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., realizaram o pagamento antecipado de seus financiamentos junto ao BNDES e BNB. O total da operação realizada soma R\$ 286,0 milhões, sendo este referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte pelo aporte de capital recebido do seu acionista (acima descritos) e parte através de recursos próprios.
- Por fim, no dia 02 de março de 2020, a subsidiária Moinho S.A. realizou o pagamento antecipado de seu financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 29,1 milhões referente ao principal, juros e custo adicional de quitação. O pagamento foi realizado parte por aporte de capital recebido do seu acionista (acima descrito) e parte através de recursos próprios.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizadas

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias e (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (81,3%) e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais (18,7%).

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao

pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

<u>Empresas</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos financeiros % a.a.</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	85.758	98.156
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	29.370	32.658
Total			115.128	130.814

Destaca-se que, até a data da realização dessa AGO, os financiamentos acima mencionados foram quitados de forma antecipada.

- **Financiamentos para construção das usinas - BNB**

<u>Empresas</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos financeiros % a.a. (*)</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	74.548	79.762
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	65.313	69.518
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	64.421	68.823
Total			204.282	218.103

Destaca-se que, até a data da realização dessa AGO, os financiamentos acima mencionados foram quitados de forma antecipada.

- **Debêntures**

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos. Conforme previsto na escritura de emissão, as principais características podem ser assim apresentadas:

(i) Garantias

Cessão Fiduciária Conta Vinculada Liquidação

Deverão ser mantidos em conta vinculada o montante de R\$150.000 que serão utilizados exclusivamente para a realização do resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures da controlada Tamar PCH, emitidas em 26 de dezembro de 2017.

Cessão Fiduciária Direitos Creditórios

Direitos creditórios decorrentes de contratos de venda de energia da Tamar PCH, suficientes para cobrir o mínimo de 100% do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis das debêntures desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a conclusão do processo de incorporação da Tamar PCH pela Companhia, sendo tais contratos e as demais características relevantes identificados e descritos no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

Em 28 de dezembro de 2018, o resgate antecipado de 150.000 foi realizado cumprindo o primeiro critério das garantias previstas.

(ii) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(iii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado através da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia cumpriu adequadamente tal requisito tendo apurado em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2019 o referido índice em 1,0 e 1,2 respectivamente.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2019 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações

Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Ativo	dez/19	AV	dez/18	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	219.702	9,97%	261.171	11,64%	-15,88%
Contas a receber	62.415	2,83%	128.725	5,74%	-51,51%
Dividendos a receber	1.494	0,07%	1.350	0,06%	10,67%
Tributos a recuperar	14.808	0,67%	9.309	0,41%	59,07%
Repactuação de risco hidrológico	2.382	0,11%	3.049	0,14%	-21,88%
Outros ativos	8.142	0,37%	5.418	0,24%	50,28%
	308.943	14,02%	409.022	18,23%	-24,47%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	43.818	1,99%	43.021	1,92%	1,85%
Contas a receber	28.072	1,27%	33.064	1,47%	-15,10%
Partes relacionadas	0	0,00%	2.352	0,10%	-100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.726	0,62%	13.726	0,61%	0,00%
Repactuação de risco hidrológico	4.552	0,21%	5.302	0,24%	-
Outros ativos	3.743	0,17%	2.534	0,11%	47,71%
Propriedades para investimentos	15.123	0,69%	15.497	0,69%	-2,41%
Operações descontinuadas	2.173	0,10%	1.896	0,08%	14,61%
Investimentos ao valor justo	60.827	2,76%	48.686	2,17%	24,94%
Investimentos	27.198	1,23%	26.451	1,18%	2,82%
Imobilizado	1.343.327	60,96%	1.468.449	65,43%	-8,52%
Intangível	352.013	15,98%	174.231	7,76%	102,04%
	1.894.572	85,98%	1.835.209	81,77%	3,23%
Total do ativo	2.203.515	100,00%	2.244.231	100,00%	-1,81%

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Passivo e patrimônio líquido	dez/19	AV	dez/18	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	103.982	4,72%	130.672	5,82%	-20,43%
Financiamentos	35.382	1,61%	59.213	2,64%	-40,25%
Partes relacionadas	54.376	2,47%	52.909	2,36%	2,77%
Concessões a pagar	9.897	0,45%	10.421	0,46%	-5,03%
Salários e encargos sociais	6.933	0,31%	7.039	0,31%	-1,51%
Arrendamentos	2.819	0,13%	0	0,00%	-
Tributos a recolher	4.674	0,21%	7.840	0,35%	-40,38%
Imposto de renda e contribuição social	5.551	0,25%	19.384	0,86%	-71,36%
Dividendos a pagar	2.149	0,10%	17.725	0,79%	-87,88%
Outros passivos	6.744	0,31%	11.819	0,53%	-42,94%
	232.507	10,55%	317.022	14,13%	-26,66%
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	511.718	23,22%	546.907	24,37%	-6,43%
Concessões a pagar	70.388	3,19%	68.893	3,07%	2,17%
Tributos a recolher	1.025	0,05%	1.207	0,05%	-15,08%
Imposto de renda e contribuição social	865	0,04%	1.018	0,05%	100,00%
Provisão para remoção de imobilizado	10.455	0,47%	10.143	0,45%	3,08%
Arrendamentos	11.713	0,53%	-	0,00%	#DIV/0!
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	43.692	1,98%	20.814	0,93%	109,92%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.601	1,84%	42.773	1,91%	-5,08%
Outros passivos	2.695	0,12%	9.642	0,43%	-72,05%
	693.152	31,46%	701.397	31,25%	-1,18%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.131.910	51,37%	1.131.910	50,44%	0,00%
Reservas de lucros	101.358	4,60%	57.327	2,55%	76,81%
Ajuste de avaliação patrimonial	44.581	2,02%	36.568	1,63%	21,91%
	1.277.849	57,99%	1.225.805	54,62%	4,25%
Participação dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	1.277.856	57,99%	1.225.812	54,62%	4,25%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.203.515	100,00%	2.244.231	100,00%	-1,81%

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	2019	2018	AH
Receita operacional	438.070	314.546	39,27%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(213.625)	(137.346)	55,54%
Custo dos serviços prestados	(5.217)	(4.309)	21,07%
	(218.842)	(141.655)	54,49%
Lucro bruto	219.228	172.891	26,80%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(94.785)	(62.707)	51,16%
Outras (despesas) receitas	(22.370)	1.971	-1234,96%
Equivalência patrimonial	6.291	5.682	10,72%
Dividendos auferidos	4.314	4.932	-12,53%
	(106.550)	(50.122)	112,58%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	112.678	122.769	-8,22%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(62.605)	(47.275)	32,43%
Receitas financeiras	23.046	21.069	9,38%
	(39.559)	(26.206)	50,95%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.119	96.563	-24,28%
Imposto de renda e contribuição social	(28.159)	(22.131)	27,24%
Resultado proveniente de operações em continuidade	44.960	74.432	-39,60%
Operações descontinuadas			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	276	200	38,00%
Prejuízo líquido do período	45.236	74.632	-39,39%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	45.236	74.632	-39,39%
Participação de não controladores	-	-	-
	45.236	74.632	-39,39%

Receita operacional líquida

Em 2019 a receita operacional líquida somou R\$ 438,1 milhões, 39,3% maior do que a receita líquida apurada no ano de 2018, quando o valor foi de R\$ 314,5 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pela maior receita decorrente dos ativos adquiridos em dezembro/18 (R\$ 141,0 milhões), tendo sido parcialmente compensado pelo efeito do Mercado de Curto Prazo.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente, às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Receita Líquida Total	314.546	438.070	39,3
Fornecimento de energia	313.516	437.244	39,5
- Contrato de energia de reserva – CER	101.371	98.446	-2,9
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	97.650	136.835	40,1
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	113.186	97.133	-14,2
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	19.809	52.071	162,9
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	-	82.783	-
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(18.500)	(30.024)	62,3
Outros serviços	1.030	826	-19,8

Contrato de Energia de Reserva (CER)

A redução de R\$ 3,0 milhões em 2019, equivalentes a 2,9%, comparados ao ano de 2018, é decorrente da menor geração advinda dos parques eólicos da Bahia e Barra dos Coqueiros, parcialmente compensado pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Os aumentos de R\$ 39,2 milhões em 2019, comparado ao ano de 2018, é decorrente das receitas apuradas nos ativos adquiridos em 2018.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e Tamar PCH.

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

A redução de R\$ 16,1 milhões em 2019, comparado ao ano de 2018, deve-se à variação no impacto do Mercado de Curto Prazo, em adição à correção dos preços do PPA.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento observado em 2019, equivalente a R\$ 32,3 milhões, quando comparado ao ano anterior, deve-se, essencialmente, à contribuição da receita registrada nos ativos adquiridos pela Companhia, tendo esse sido parcialmente compensado pelo menor efeito positivo do Mercado de Curto Prazo na PCH Moinho.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho e Tamar PCH.

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

O aumento observado em 2019, equivalente a R\$ 82,8 milhões, quando comparado ao ano anterior, deve-se à contribuição da receita registrada nos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar PCH).

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da Tamar PCH.

Custos operacionais

Em 2019 os custos operacionais somaram R\$ 218,8 milhões, aumento de 54%, equivalentes a R\$ 77,2 milhões, na comparação com o ano de 2018, quando o valor foi de R\$ 141,6 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Custo Total	141.655	218.842	54,5
Custo do fornecimento de energia elétrica	137.346	213.625	55,5
- Depreciação e amortização	64.243	114.364	78,0
- Encargos setoriais	9.465	13.702	44,8
- Custo com compra de energia elétrica	48.977	66.344	35,5
- Seguro regulatório	3.719	5.376	44,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	10.942	13.839	26,5
Custo dos serviços prestados	4.309	5.217	21,1
- Outros serviços	4.309	5.217	21,1

Depreciação e Amortização

A variação de 78%, equivalente a R\$ 50 milhões, na comparação entre os anos de 2019 e 2018, deve-se ao resultado dos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) e à amortização dos valores de mais valia de ativos identificados na aquisição de ativos realizada pela Companhia (Tamar e Santa Fé). Considerando que a operação de aquisição foi realizada em 21 de dezembro de 2018, o resultado do ano de 2018 não está composto por essa contabilização.

Encargos Setoriais

A variação de 44,8%, equivalente a R\$ 4,2 milhões, na comparação entre os anos de 2019 e 2018, deve-se ao resultado dos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) que não integram o resultado consolidado da Companhia nos períodos comparativos (3T18 e 9M18).

Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. O ano de 2019, da mesma forma, tem exigido da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. Segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o Brasil teve o sétimo pior ciclo hidrológico da história neste ano. A baixa hidrologia, por sua vez, impacta os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a carga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

No ano de 2019 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 66,3 milhões, comparado ao valor de R\$ 49,0 milhões no ano de 2018. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado de 2019 representou um custo líquido de R\$ 48,1 milhões.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

Seguro Regulatório

A variação de 44,6%, na comparação entre os anos de 2019 e 2018, deve-se ao resultado dos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) que não integram o resultado consolidado da Companhia nos períodos comparativos (3T18 e 9M18).

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil. Em adição, a partir do 3T19, passou a ser apresentado neste grupo créditos de PIS/Cofins sobre depreciação/amortização.

No ano de 2019 esta rubrica somou R\$ 13,8 milhões, representando aumento de R\$ 2,9 milhões na comparação com o ano de 2018, equivalentes a 26,5%. A variação observada deve-se aos ativos adquiridos pela Companhia (Tamar e Santa Fé) que não compunham a base comparativa.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados aos serviços administrativos e O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias. Em 2019 foi realizada melhoria na classificação dos gastos, motivo pelo qual o efeito reconhecido é positivo.

Despesas gerais

Em 2019 as despesas gerais somaram R\$ 117,2 milhões, representando aumento de R\$ 56,8 milhões na comparação com o ano de 2018.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Despesas Totais	60.376	117.155	94,0
- Gerais e Administrativas totais	62.707	94.785	51,2
- Gerais e administrativas	40.569	61.999	52,8
- Remuneração dos administradores	6.524	7.770	19,1
- Encargos setoriais	4.901	7.819	59,5
- Depreciação e amortização	517	2.057	297,9
- Com estudos em desenvolvimento	10.196	15.140	48,5
- Outras despesas (receitas)	(1.971)	22.370	-1235,0

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2019 os valores apurados foram de R\$ 7,8 milhões, representando aumento de 19,1% na comparação com o ano anterior. A variação deu-se, essencialmente, pelo aumento de posições de Diretoria na Companhia.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à contribuição dos ativos adquiridos pela Companhia em 2018, bem como reclassificação no tratamento contábil de alguns encargos setoriais.

Estudos e Desenvolvimento

Em 2019 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras Despesas (Receitas)

Em 2019 estão reconhecidas nesta rubrica: (i) o recebimento de indenização por lucros cessantes e danos materiais (R\$ 2,6 milhões), (ii) provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (-R\$ 22,7 milhões) e (iii) perdas com baixa de imobilizado (-R\$ 2,4 milhões). A variação, na comparação com o ano de 2018, deve-se a eventos não recorrentes registrados no período anterior.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2019 o resultado de participação societárias totalizou ganho de R\$ 10,6 milhões. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) proveniente participações societárias (R\$ mil)	2018	2019	Var %
- Equivalência patrimonial	5.682	6.291	10,7
- Dividendos auferidos	4.932	4.314	-12,5
Resultado de participações	10.614	10.605	-0,1

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

Dividendos Auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2019 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 39,6 milhões, aumento de 13,3 milhões na comparação com o ano de 2018, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 26,2 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Receitas financeiras	21.069	23.046	9,4
- Com aplicações financeiras (i)	18.137	23.205	27,9
- Variação monetária ativa	571	-	-100,0
- Outras receitas financeiras (ii)	2.361	(159)	-106,7
Despesas financeiras	(47.275)	(62.605)	-32,4
- Com financiamentos (iii)	(28.178)	(42.668)	-51,4
- Comissão de fiança e garantias	(103)	(14)	86,4
- IOF, multa e juros sobre tributos (iv)	(1.622)	(875)	46,1
- Variação monetária passiva	(233)	(116)	50,2
- Concessões a pagar e outras despesas (v)	(13.601)	(10.726)	21,1
- Juros sobre contrato de mútuo	(1.658)	(1.577)	4,9
- Juros sobre arrendamento mercantil	-	(1.196)	-
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.017)	(692)	32,0
- Outras despesas financeiras	(863)	(4.741)	449,4
Resultado Financeiro	(26.206)	(39.559)	-51,0

Receitas Financeiras

Em 2019 as receitas financeiras atingiram R\$ 23,0 milhões, representando aumento de R\$ 2,0 milhões, equivalente a 9,4% na comparação com o ano de 2018, quando atingiram R\$ 21,1 milhões. Tal variação é decorrente, principalmente, do maior rendimento sobre aplicações financeiras, parcialmente compensado pela (ii) reversão de juros sobre mútuo ocorrida em 2018.

Despesas Financeiras

Em 2019 as despesas financeiras atingiram R\$ 62,5 milhões, apresentando aumento de R\$ 15,3 milhões, equivalente a 32,4% na comparação com o ano de 2018, quando atingiram R\$ 47,3 milhões. O aumento deve-se a (iii) maior capitalização de juros por conta do maior endividamento, tendo esse aumento sido parcialmente compensado pela (iv) pela menor incidência de IOF, multa e juros sobre tributos e pela (v) redução das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da menor curva de IGP-M apurado no período.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como a controlada Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2019 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 28,2 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ 34,7 milhões, parcialmente compensados por IR e CS diferidos no valor de R\$ 6,6 milhões.

A variação equivalente a R\$ 6,0 milhões, na comparação com o ano de 2018, deve-se às variações no resultado mencionadas no corpo deste relatório, principalmente o resultado atribuível aos ativos adquiridos em dezembro/2018.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2019 as operações descontinuadas somaram ganho de R\$ 0,2 milhão, representando o resultado da subsidiária Enex.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2019 foi registrado resultado líquido de R\$ 45,2 milhões, enquanto que em 2018 apuramos lucro de R\$ 74,6 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 229,1 milhões em 2019, apresentando um aumento de R\$ 41,6 milhões em relação a 2018, quando alcançou R\$ 187,5 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou redução de 7,3 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 59,6% para 52,3% da receita operacional líquida em 2018 e 2019.

EBITDA (R\$ mil)	2018	2019	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	74.632	45.236	-39,4
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	22.131	28.159	27,2
(+) Despesas financeiras líquidas	26.206	39.559	50,9
(+) Depreciação, amortização	64.760	116.421	79,8
(+) Operação descontinuada	(200)	(276)	38,0
EBITDA – ICVM nº 527	187.529	229.099	22,2
Receita Líquida	314.546	438.070	39,6
Margem EBITDA (%)	59,6	52,3	-7,3 p.p.

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Ativo	dez/18	AV	dez/17	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	261.171	11,64%	183.324	12,47%	42,46%
Contas a receber	128.725	5,74%	93.475	6,36%	37,71%
Dividendos a receber	1.350	0,06%	5.495	0,37%	-75,43%
Tributos a recuperar	9.309	0,41%	5.633	0,38%	65,26%
Almoxarifado	0	0,00%	2.316	0,16%	-100,00%
Repactuação de risco hidrológico	3.049	0,14%	3.731	0,25%	-18,28%
Operações Descontinuadas	-	0,00%	-	0,00%	-
Outros ativos	5.418	0,24%	4.394	0,30%	23,30%
	409.022	18,23%	298.368	20,29%	37,09%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	43.021	1,92%	42.914	2,92%	0,25%
Contas a receber	33.064	1,47%	27.756	1,89%	19,12%
Partes relacionadas	2.352	0,10%	6.445	0,44%	-63,51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.726	0,61%	12.776	0,87%	7,44%
Repactuação de risco hidrológico	5.302	0,24%	1.972	0,13%	-
Outros ativos	2.534	0,11%	651	0,04%	289,25%
Propriedades para investimentos	15.497	0,69%	16.177	1,10%	-4,20%
Operações descontinuadas	1.896	0,08%	0	0,00%	#DIV/0!
Investimentos ao valor justo	48.686	2,17%	63.416	4,31%	-23,23%
Investimentos	26.451	1,18%	20.606	1,40%	28,37%
Imobilizado	1.468.449	65,43%	926.704	63,03%	58,46%
Intangível	174.231	7,76%	52.439	3,57%	232,25%
	1.835.209	81,77%	1.171.856	79,71%	56,61%
Total do ativo	2.244.231	100,00%	1.470.224	100,00%	52,65%

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Passivo e patrimônio líquido	dez/18	AV	dez/17	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	130.672	5,82%	107.864	7,34%	21,15%
Financiamentos	59.213	2,64%	34.804	2,37%	70,13%
Partes relacionadas	52.909	2,36%	53.331	3,63%	-0,79%
Concessões a pagar	10.421	0,46%	8.655	0,59%	20,40%
Salários e encargos sociais	7.039	0,31%	5.767	0,39%	22,06%
Tributos a recolher	7.840	0,35%	9.090	0,62%	-13,75%
Imposto de renda e contribuição social	19.384	0,86%	5.301	0,36%	265,67%
Dividendos a pagar	17.725	0,79%	1.996	0,14%	788,03%
Outros passivos	11.819	0,53%	5.940	0,40%	98,97%
	317.022	14,13%	232.748	15,83%	36,21%
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	546.907	24,37%	348.897	23,73%	56,75%
Concessões a pagar	68.893	3,07%	64.153	4,36%	7,39%
Tributos a recolher	1.207	0,05%	1.013	0,07%	19,15%
Imposto de renda e contribuição social	1.018	0,05%	855	0,06%	100,00%
Provisão para remoção de imobilizado	10.143	0,45%	9.758	0,66%	3,95%
Provisão para perda em investimentos	-	0,00%	903	0,06%	-100,00%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20.814	0,93%	23.307	1,59%	-10,70%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.773	1,91%	-	0,00%	#DIV/0!
Outros passivos	9.642	0,43%	9.193	0,63%	4,88%
	701.397	31,25%	458.079	31,16%	53,12%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.131.910	50,44%	711.365	48,38%	59,12%
Reservas de lucros	57.327	2,55%	21.736,00	1,48%	163,74%
Ajuste de avaliação patrimonial	36.568	1,63%	46.289	3,15%	-21,00%
	1.225.805	54,62%	779.390	53,01%	57,28%
Participação dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	1.225.812	54,62%	779.397	53,01%	57,28%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.244.231	100,00%	1.470.224	100,00%	52,65%

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	2018	2017	AH
Receita operacional	314.546	310.808	1,20%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(137.346)	(169.656)	-19,04%
Custo dos serviços prestados	(4.309)	(13.414)	-67,88%
	(141.655)	(183.070)	-22,62%
Lucro bruto	172.891	127.738	35,35%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(62.707)	(46.403)	35,14%
Outras (despesas) receitas	1.971	(56.139)	-103,51%
Equivalência patrimonial	5.682	(2.590)	-319,38%
Dividendos auferidos	4.932	14.305	-65,52%
	(50.122)	(90.827)	-44,82%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	122.769	36.911	232,61%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(47.275)	(58.050)	-18,56%
Receitas financeiras	21.069	23.278	-9,49%
	(26.206)	(34.772)	-24,63%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.563	2.139	4414,40%
Imposto de renda e contribuição social	(22.131)	9.289	-338,25%
Resultado proveniente de operações em continuidade	74.432	11.428	551,31%
Operações descontinuadas			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	200	(3.027)	-106,61%
Prejuízo líquido do período	74.632	8.401	788,37%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	74.632	8.401	788,37%
Participação de não controladores	-	-	#DIV/0!
	74.632	8.401	788,37%

Receita operacional líquida

Em 2018 a receita operacional líquida somou R\$ 314,5 milhões, 1,2% maior do que a receita líquida apurada em 2017, quando o valor foi de R\$ 310,8 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pela maior receita decorrente dos contratos de venda de energia (PPA) da Companhia, fruto do ajuste contratual dos preços do PPA.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente, às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo. Para o portfólio da Companhia, as receitas com o MCP permaneceram estáveis na comparação entre os anos de 2018 e 2017.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Receita Líquida Total	310.808	314.546	1,2
Fornecimento de energia	307.301	313.516	2,0
- Contrato de energia de reserva – CER	96.596	97.670	1,1
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	82.311	109.055	32,5
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	13.815	19.085	38,1
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	114.579	87.706	-23,5
Outros serviços	3.507	1.030	-70,6

Contrato de Energia de Reserva (CER)

O aumento de R\$ 1,1 milhão em 2018, equivalente a 1,1% comparado ao ano de 2017, é decorrente da maior geração advinda do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 26,7 milhões em 2018, equivalente a 32,5% comparado ao ano de 2017, é decorrente do impacto do Mercado de Curto Prazo (MCP).

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento de R\$ 5,3 milhões em 2018, comparado ao ano de 2017, é decorrente do efeito positivo advindo do Mercado de Curto Prazo.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

A redução de R\$ 26,9 milhões, comparado ao ano de 2017, é decorrente do impacto do Mercado de Curto Prazo (MCP).

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monel Monjolinho.

Custos operacionais

Em 2018 os custos operacionais somaram R\$ 141,6 milhões, representando redução de R\$ 36,0 milhões, equivalentes a 20,3% na comparação com o ano de 2017, quando o valor foi de R\$ 177,6 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Custo Total	183.070	141.655	-22,6
Custo do fornecimento de energia elétrica	169.656	137.346	-19,0
- Depreciação e amortização	58.951	64.760	9,9
- Encargos setoriais	10.221	9.465	-7,4
- Custo com compra de energia elétrica	88.384	48.977	-44,6
- Seguro regulatório	3.613	3.719	2,9
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	8.487	10.425	22,8
Custo dos serviços prestados	13.414	4.309	-67,9
- Outros serviços	13.414	4.309	-67,9

Depreciação e Amortização

A variação de 9,9% do custo com depreciação, na comparação entre os anos de 2018 e 2017, é decorrente da reavaliação da vida útil estimada dos ativos da Companhia. A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à adequação da classificação dos encargos entre Custo e Despesa.

Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. O ano de 2018, da mesma forma, exigiu da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2018 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 49,0 milhões, comparado ao valor de R\$ 88,4 milhões em 2017. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado de 2018 representou um custo líquido de R\$ 5,5 milhões, redução de R\$ 39,4 milhões na comparação com o ano de 2017, quando o custo líquido foi de R\$ 44,8 milhões.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

Seguro Regulatório

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688, a qual trata da repactuação do risco hidrológico, para as PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa. A variação em 2018, na comparação com 2017, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil.

No ano de 2018 esta rubrica somou R\$ 10,4 milhões, representando aumento de R\$ 1,9 milhão na comparação com o ano de 2017, equivalentes a 22,8%. A variação observada deve-se, essencialmente, a reajuste contratual no contrato de operação e manutenção do Parque Eólico da Bahia.

Outros Serviços

A redução observada nesta linha, equivalente a R\$ 9,1 milhões na comparação entre os anos de 2018 e 2017, deve-se à redução do faturamento pela Controladora dos serviços administrativos prestados às empresas controladas pelo grupo. Essa redução está compensada pelo aumento observado na linha de “Despesas Gerais e Administrativas” tratando-se de classificação entre custos e despesas.

Despesas gerais

Em 2018 as despesas gerais somaram R\$ 60,7 milhões, representando redução de R\$ 41,8 milhões na comparação com o ano de 2017, equivalentes a 40,8%.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Despesas Totais	102.542	60.736	-40,8
- Gerais e Administrativas totais	46.403	62.707	35,1
- Gerais e administrativas	36.239	41.086	13,4
- Remuneração dos administradores	6.792	6.524	-3,9
- Encargos setoriais	3.043	4.901	61,1
- Com estudos em desenvolvimento	329	10.196	-
- Outras despesas (receitas)	56.139	(1.971)	-103,5

Gerais e Administrativas

Em 2018 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 41,1 milhões, representando aumento de R\$ 4,8 milhões, na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 36,2 milhões. Este aumento deve-se, essencialmente, pela reclassificação dos gastos relacionados à prestação de serviços administrativo prestados às empresas controladas pelo grupo, agora apresentados líquidos das receitas na linha de “Custo dos Serviços Prestados – Outros Serviços”.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2018 os valores apurados foram de R\$ 6,5 milhões.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à adequação da classificação dos encargos entre Custo e Despesa.

Estudos e Desenvolvimento

Em 2018 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras Despesas (Receitas)

A variação apurada deve-se a eventos não recorrentes apurados no exercício de 2017: (i) reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável dos ativos (R\$ 12,7 milhões) e (ii) condenações judiciais e outras provisões para riscos legais (R\$ 47,0 milhões). No exercício de 2018 o ganho observado deve-se ao recebimento de indenizações de seguro por lucros

cessantes e danos materiais (R\$ 2,6 milhões) e reversão de provisões pré-operacionais (R\$ 1,4 milhão).

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2018 o resultado de participações societárias consolidadas totalizou ganho de R\$ 10,6 milhões.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) proveniente participações societárias (R\$ mil)	2017	2018	Var %
- Equivalência patrimonial	(2.590)	5.682	319,4
- Dividendos auferidos	14.305	4.932	-65,5
Resultado de participações	11.715	10.614	-9,4

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

Dividendos Auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%). Destaca-se que em 2017 houve redução de capital do CERAN.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2018 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 26,2 milhões, redução de 24,6% na comparação com 2017, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 34,8 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Receitas financeiras	23.278	21.069	-9,5
- Com aplicações financeiras (i)	19.769	18.137	-8,3
- Variação monetária ativa	646	571	-11,6
- Outras receitas financeiras	2.863	2.361	-17,5
Despesas financeiras	(58.050)	(47.275)	-18,6
- Com financiamentos (ii)	(36.578)	(28.178)	-23,0
- Comissão de fiança e garantias	(325)	(103)	-68,3
- IOF, multa e juros sobre tributos	(2.454)	(1.622)	-33,9
- Variação monetária passiva	(229)	(233)	1,7
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(5.986)	(13.601)	127,2
- Juros sobre contrato de mútuo (iv)	(11.168)	(1.658)	-85,2
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.101)	(1.017)	-51,6
- Outras despesas financeiras	791	(863)	-209,1
Resultado Financeiro	(34.772)	(26.206)	-24,6

Receitas Financeiras

Em 2018 as receitas financeiras atingiram R\$ 21,1 milhões, apresentando redução de R\$ 2,2 milhões, equivalente a 9,5% na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 23,3 milhões. Tal variação é decorrente, principalmente, da redução do rendimento de aplicações financeiras em função da redução dos indexadores das aplicações (CDI).

Despesas Financeiras

Em 2018 as despesas financeiras atingiram R\$ 47,3 milhões, apresentando redução de R\$ 10,8 milhões, equivalente a 18,6% na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 58,0 milhões. Contribuíram para a redução (ii) a menor capitalização de juros por conta do menor endividamento e (iv) o menor nível de juros sobre contrato de mútuo com a controladora, por conta da redução do CDI. Tal redução foi parcialmente compensada pelo (iii) aumento das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da maior curva de IGP-M apurado no período.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como a controlada Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2018 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 22,1 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ 17,1 milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ 5,0 milhões.

A variação equivalente a R\$ 31,4 milhões, na comparação com o ano de 2017, deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2018 as operações descontinuadas somaram ganho de R\$ 0,2 milhão, representando o resultado da subsidiária Enex.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2018 foi registrado resultado líquido de R\$ 74,6 milhões, enquanto que em 2017 apuramos lucro de R\$ 8,4 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para os efeitos hidrológicos, tributários e judiciais.

Por entender que o resultado no período comparativo de 2017 apresentado foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia divulga o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações.

Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial	2017	2018
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	8.401	74.632
(+) Efeitos não recorrentes	48.074	-
<i>Impairment</i> controladas	12.754	-
Condenação judicial	38.600	-
Juros sobre contrato de mútuo	11.168	-
Provisão perda ativos financeiros	5.152	-
Utilização de prejuízos fiscais (REFIS)	(19.600)	-
Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial	56.475	74.632

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 187,3 milhões em 2018, apresentando um aumento de R\$ 78,1 milhões em relação ao ano de 2017, quando alcançou R\$ 109,2 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou aumento de 24,1 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 35,4% para 59,5% da receita operacional líquida em 2017 e 2018.

EBITDA (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.401	74.432	786,0
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	(9.289)	22.131	338,2
(+) Despesas financeiras líquidas	34.772	26.206	-24,6
(+) Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	72.332	64.760	-10,5
(+) Operação descontinuada	3.027	(200)	-106,6
EBITDA – ICVM nº 527	109.243	187.329	71,5
Receita Líquida	310.808	314.546	2,0
Margem EBITDA (%)	35,1	59,5	24,4 p.p.

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Ativo	dez/17	AV	dez/16	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	12,47%	140.761	9,28%	30,24%
Contas a receber	93.475	6,36%	65.627	4,32%	42,43%
Dividendos a receber	5.495	0,37%	1.832	0,12%	199,95%
Tributos a recuperar	5.633	0,38%	3.929	0,26%	43,37%
Almoarifado	2.316	0,16%	4.842	0,32%	-52,17%
Repactuação de risco hidrológico	3.731	0,25%	3.630	0,24%	2,78%
Operações Descontinuadas	-	0,00%	2.123	0,14%	-
Outros ativos	4.394	0,30%	5.607	0,37%	-21,63%
	298.368	20,29%	228.351	15,05%	30,66%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	42.914	2,92%	91.123	6,00%	-52,91%
Partes relacionadas	6.445	0,44%	8.028	0,53%	-19,72%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.776	0,87%	11.733	0,77%	8,89%
Investimentos ao valor justo	63.416	4,31%	79.462	5,24%	-20,19%
Repactuação de risco hidrológico	1.972	0,13%	4.889	0,32%	-
Contas a receber	27.756	1,89%	22.179	1,46%	25,15%
Outros ativos	651	0,04%	3.372	0,22%	-80,69%
Investimentos	20.606	1,40%	28.692	1,89%	-28,18%
Imobilizado	926.704	63,03%	972.307	64,07%	-4,69%
Intangível	52.439	3,57%	51.191	3,37%	2,44%
Propriedades para investimentos	16.177	1,10%	16.177	1,07%	0,00%
	1.171.856	79,71%	1.289.153	84,95%	-9,10%
Total do ativo	1.470.224	100,00%	1.517.504	100,00%	-3,12%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 123,1 milhões, (ii) recebimentos de dividendos de Ceran e Dona Francisca (R\$ 16,1 milhões), (iii) recebimento de caixa por redução de capital em investida (R\$ 17,5 milhões), (iv) resgate de aplicações financeiras restritas de longo prazo (R\$ 54,6 milhões), e (v) recebimento de caixa de operações com partes relacionadas (R\$ 5,5 milhões)

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 34,5 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 92,2 milhões; (iii) pagamento de tributos no valor de R\$ 22,8 milhões e (v) investimentos realizados no valor de R\$ 24,8 milhões.

Contas a receber

O aumento observado é decorrente principalmente (i) aumento do saldo a receber de serviços prestados a partes relacionados pela controladora (+R\$ 1,3 milhão), (ii) aumento do saldo a receber em aberto no final de cada período por conta da atualização por inflação dos contratos de longo prazo (+R\$ 3,4 milhões), (iii) aumento no saldo a receber de liquidações do mercado de curto prazo pelas usinas do Proinfa referentes a 2017 (+R\$ 3,3 milhões), (iv) incremento de saldos na UHE Monel na PCH Moinho referente a saldo a liquidar no mercado de curto prazo (+R\$ 25,8 milhões) motivado principalmente pela inadimplência do setor por conta das liminares, (v) redução de saldo a receber no curto prazo referente geração excedente aos contratos de venda de energia das Usinas Eólicas da Bahia por conta da liquidação financeira completa do primeiro quadriênio contratual encerrado em junho de 2016, parcialmente compensado pelas gerações excedentes do primeiro ano de segundo quadriênio contratual (-R\$ 0,6 milhão).

Tributos a recuperar

Varição positiva observada principalmente pelo aumento de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeira não utilizados para liquidação de tributos no período (+1,8 milhão), parcialmente compensado pela variação operacional dos demais tributos à recuperar (-0,1 milhão).

Almoxarifado

Redução do saldo de materiais em almoxarifado por conta de aplicação em ativos imobilizados em andamento (-R\$ 2,5 milhões).

Dividendos a receber

Em 2017 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos adicionais (+R\$ 5,5 milhões), e pagou os dividendos obrigatórios de 2016 (-R\$ 1,8 milhão).

Operações Descontinuadas

A variação desta rubrica se deu por conta de ajuste ao valor justo do investimento classificado como operação descontinuada reduzindo seu valor (-R\$ 3,0 milhões). Como a redução foi

superior ao seu valor justo registrado no ativo da companhia em 2016, este valor foi classificado no passivo, na rubrica de “provisão para perda em investimentos”.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 298 milhões, apresentando aumento de 30% em comparação a 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 228 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Aplicação financeira restrita” atingiu R\$ 42,9 milhões, redução de 52% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 91,1 milhões. A redução é decorrente do resgate de aplicação no valor de R\$ 48,3 milhões, vinculada ao pagamento do processo de arbitragem da BBE.

Partes relacionadas

Redução de R\$ 1,6 milhão motivada principalmente pela constituição de provisão para perda de saldo de mútuo com partes relacionada.

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 63,4 milhões, representando redução de 20,2% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 79,5 milhões. A redução deu-se em função de redução de capital ocorrida pela investida Ceran, no 2º semestre de 2016, e reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macro econômicas.

Repactuação do risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de atingiu R\$ 5,7 milhões, frente ao saldo de R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 20,6 milhões, representando redução de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 28,7 milhões. A redução deu-se por (i) resultado da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft (-R\$ 2,6 milhões) e (ii) dividendos destinados no período pela mesma investida (-R\$ 5,5 milhões).

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 926,7 milhões, representando redução de 4,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 972,3 milhões. A redução deu-se, essencialmente, por conta do (i) volume de depreciação incorrida em 2017 no valor R\$ -56,5 milhões, (ii) adições realizadas em 2017 no valor de R\$ 18,7 milhões, (iii) da capitalização de custos de desmobilização de R\$ 9,7 milhões, (iv) de provisão para perda por redução no valor recuperável no valor de R\$ 12,7 milhões e (v) baixas de R\$ -4,4 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 52,4 milhões, representando aumento de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 95,3 milhões. O aumento deu-se por conta da (i) adição de intangível no montante de R\$ 6,2 milhões, parcialmente compensada pela (ii) amortização de UBP (Uso do Bem Público) e outros (-R\$ 5,0 milhões).

Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 1.289,1 milhões, apresentando redução de 9,1% em comparação a 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.171,9 milhões.

Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 1.470,2 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.517,5 milhões.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Passivo e patrimônio líquido	dez/17	AV	dez/16	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	102.573	6,98%	45.643	3,01%	124,73%
Financiamentos	34.804	2,37%	44.370	2,92%	-21,56%
Partes relacionadas	53.331	3,63%	1.629	0,11%	3173,85%
Concessões a pagar	8.655	0,59%	8.107	0,53%	6,76%
Salários e encargos sociais	7.082	0,48%	3.918	0,26%	80,76%
Tributos a recolher	7.775	0,53%	9.996	0,66%	-22,22%
Imposto de renda e contribuição social	5.301	0,36%	36.664	2,42%	-85,54%
Dividendos a pagar	1.996	0,14%	1	0,00%	199500,00%
Outros passivos	11.231	0,76%	23.609	1,56%	-52,43%
	232.748	15,83%	173.937	11,46%	33,81%
Não circulante					
Financiamentos	348.897	23,73%	429.498	28,30%	-18,77%
Concessões a pagar	64.153	4,36%	66.012	4,35%	-2,82%
Provisão para perda em investimentos	903	0,06%	-	0,00%	#DIV/0!
Imposto de renda e contribuição social	855	0,06%	652	0,04%	100,00%
Tributos a recolher	1.013	0,07%	773	0,05%	31,05%
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	0,66%	-	0,00%	#DIV/0!
Provisão para contingências	23.307	1,59%	64.482	4,25%	-63,86%
Outros passivos	9.193	0,63%	10.146	0,67%	-9,39%
	458.079	31,16%	571.563	37,66%	-19,86%
Patrimônio líquido					
Capital social	711.365	48,38%	880.312	58,01%	-19,19%
Reserva de lucro	21.316	1,45%	-	0,00%	#DIV/0!
Reserva legal	420	0,03%	-	0,00%	#DIV/0!
Ajuste de avaliação patrimonial	46.289	3,15%	45.301	2,99%	2,18%
Prejuízos acumulados	0	0,00%	-153.616	-10,12%	-100,00%
	779.390	53,01%	771.997	50,87%	0,96%
Participação dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	779.397	53,01%	772.004	50,87%	0,96%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.470.224	100,00%	1.517.504	100,00%	-3,12%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 102,6 milhões, apresentando aumento de 124,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 45,6 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, dos saldos a pagar referente às liquidações no Mercado de Curto Prazo que estão protegidas por liminares.

Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 383,7 milhões, apresentando redução de 19,0% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 473,9 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, das amortizações realizadas no período.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 53,3 milhões, apresentando aumento em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1,6 milhão. A variação observada dá-se por conta, principalmente, da constituição de mútuo a pagar para a Statkraft Investimentos Ltda.

Tributos a recolher (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Tributos a Recolher” atingiu R\$ 8,8 milhões, apresentando redução de 49,9% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 10,8 milhões. A redução deu-se, principalmente, em função da (i) tributos recolhidos pelas nas Eólicas por conta de liquidação financeira do saldo de energia após encerramento do quadriênio (-R\$ 6,3 milhões) e (ii) reconhecimento de saldo a pagar por conta dos resultados positivos de mercado de curto prazo ainda não liquidados, e variações operacionais dos tributos a recolher na controladora (-R\$ 3,3 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

Redução expressiva motivada principalmente por dois eventos, sendo (i) liquidação dos tributos correntes sobre o lucro tributável de 2016 da subsidiária UHE Monel (-R\$ 8,3 milhões), e (ii) liquidação de tributos correntes de exercícios anteriores das Eólicas da Bahia (-R\$ 23 milhões).

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de dividendos a pagar é de R\$ 1.996 mil, resultado da destinação de dividendo mínimo obrigatório a pagar sobre o lucro líquido do exercício de 2017.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 20,4 milhões, apresentando aumento de 39,5% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 33,7 milhões. A redução deu-se, principalmente, (i) pela reversão de saldos de Licenças Ambientais, que tiveram seu tratamento contábil alterado em 2017, representando uma reversão de saldo de

passivo de (-R\$ 7,3 milhões), e (ii) pela variação operacional de outras naturezas diversas (-R\$ 6,0 milhões).

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 232,8 milhões, apresentando um aumento de 33,8% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 173,9 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Provisão para remoção de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Provisão para remoção do imobilizado” atingiu R\$ 9,8 milhões. O montante representa a estimativa à valor presente da Companhia de futuros gastos para remoção dos ativos imobilizados dos locais de operação após o término das autorizações nos parques eólicos.

Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 458,1 milhões, apresentando uma redução de 19,9% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 571,6 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 779,4 milhões, sendo o aumento de 0,9% na comparação com 31 de dezembro de 2016, quando representou R\$ 772,0 milhões, alavancado por força da (i) constituição de reserva de lucros no valor de R\$ 21.316 mil, (ii) constituição de reserva legal, no montante de R\$ 420 mil, (iii) além do aumento de R\$ 988 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.470,2 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.517,5 milhões.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Efeito risco hidrológico e mercado de curto prazo**

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. O ano de 2019, da mesma forma, tem exigido da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. Segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o Brasil teve o sétimo pior ciclo hidrológico da história neste ano. A baixa hidrologia, por sua vez, impacta os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a carga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

No ano de 2019 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 66,3 milhões, comparado ao valor de R\$ 49,0 milhões no ano de 2018. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado de 2019 representou um custo líquido de R\$ 48,1 milhões.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

Nosso endividamento bancário está atrelado à TJLP, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNDES ou taxa fixa, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNB.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não possuímos segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, sendo Geração de Energia, através de fontes eólicas e hídricas, bem como prestação de serviços de Operação e Manutenção.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. e Santa Fé Energia S.A.** - Em 25 de outubro de 2018 a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a EDP - Energias do Brasil S.A. para adquirir um cluster de oito usinas hidrelétricas operacionais no estado do Espírito Santo, no Brasil. Pelo acordo celebrado, a Statkraft adquirirá 100% das ações detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A. na EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A., composta por sete usinas hidrelétricas, e na Santa Fé Energia S.A., totalizando 131,9 MW de capacidade instalada e 68,8 MW médios de garantia física, com prazo final de concessão entre 2025 e 2031, que correspondem à integralidade do capital social das companhias.

A transação está alinhada com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer adquirindo e melhorando ativos em operação ou desenvolvendo nova capacidade de geração em energia hidrelétrica, eólica e solar.

Em 21 de dezembro de 2018 foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de compra e venda de ações e outras avenças, resultando, portanto, na aquisição direta das ações referenciadas no parágrafo acima. O valor da aquisição acordado da Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas (anteriormente denominada EDP PCH) e Santa Fé Energia S.A. foi de R\$ 601 milhões, que foi composto de (i) R\$ 704 milhões, (ii) ajuste redutor do preço no montante de R\$ 89 milhões referente a dívida líquida e (iii) ajuste redutor de preço de R\$ 14 milhões, referente a ajuste de capital de giro.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não apresentam alterações significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não apresentando alterações significativas nas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o relatório dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama atenção para a Nota 31 às demonstrações financeiras, que descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à Companhia, sendo que o verificado durante a investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016 e, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF – ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o relatório dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama atenção para a Nota 30 às demonstrações financeiras, que descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e de suas controladas de outra empresa brasileira, que, por sua vez, foi citada em determinados processos investigativos conduzidos pelas autoridades federais e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016, e que não enseja, no momento, o reconhecimento de qualquer passivo em suas demonstrações financeiras; e (ii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF – ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o relatório dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e suas controladas de outra empresa brasileira, a qual, por sua vez, é citada em determinados processos

investigativos conduzidos pelas autoridades federais e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016; (ii) com relação ao Procedimento de Investigação Criminal (“Operação Greenfield – caso FIP CEVIX”), conduzido pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida, em 2017, a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Companhia, sobre a qual não existe nenhum processo, restrição ou medida desfavorável até o presente momento; e (ii) a Companhia, dentre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas a fundos de participação detidos pela FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF – ANIPA. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, o objetivo dessa ação é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF e, atualmente, vem sendo classificada com avaliação de risco possível. Em relação aos assuntos mencionados, neste momento, não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos para a Companhia. As demonstrações financeiras não incluem nenhuma provisão relacionada aos possíveis desdobramentos decorrentes desses assuntos. A opinião da auditoria não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, as estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, o Grupo reconhecia a despesa de depreciação com base não método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização/concessão.

A partir de outubro de 2019, o Grupo realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas onde a depreciação passou a ser calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

(i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível” e “Propriedades para investimento”. O Grupo não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2019.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

Reconhecimento de receitas

a- Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

b-Venda da prestação de serviços de O&M – Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, à depender da natureza de cada serviço prestado.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

A Statkraft Energias Renováveis S.A adquiriu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 100% da participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A. O principal objetivo da Companhia com a aquisição desses negócios está alinhado com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados e ampliar sua representatividade no setor de geração de energia no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio, de acordo com as CPC 15 (R1)- Combinações de negócios (IFRS 3), não haviam sido concluídos.

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3 combinações de negócios.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Natureza e propósito da operação.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

▪ **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

▪ **Implantação**

Durante o ano de 2019 a Companhia não realizou a implantação de nenhum empreendimento.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Conforme evidenciado no item 10.6, no ano de 2018 a Companhia realizou aquisição de ativos hidrelétricos em operação.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2017 nosso Portfólio de Projetos era composto por 05 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (522,3 MW próprios) e 20 Projetos em Desenvolvimento (452,7 MW próprios), totalizando 1.539,3 MW, sendo 1.005 MW próprios. Nos projetos que desenvolvemos, por vezes investimos juntamente com sócios tradicionais do setor elétrico, o que nos permite partilhar os riscos de determinados empreendimentos com parceiros altamente qualificados.

Mais detalhadamente, incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 20 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 25 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2017, investimos cerca de R\$ 110.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Companhia é administrada por, no mínimo, 02 (dois) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, enquanto que os demais Diretores deverão atuar com as seguintes denominações: 1 (um) Diretor de Recursos Humanos; 1 (um) Diretor Jurídico; 1 (um) Diretor de Operação e

Manutenção; 1 (um) Diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios; 1 (um) Diretor de Gestão de Ativos e 1 (um) Diretor de Assuntos Regulatórios, nos termos do Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2019 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Relações com Investidores e 06 diretores.

Ao final de 2019 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, tendo esta sido validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

▪ **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:**

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pela controladora Statkraft não são remunerados.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2019 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,0	8,0	1,00	11,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	317.544,00	4.656.765,95	39.992,51	5.014.302,46
- Benefícios diretos e indiretos	-	846.076,56	-	846.076,56
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	63.508,80	1.141.397,03	7.998,51	1.212.904,34
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	697.054,02	-	697.054,02
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-

2019 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	381.052,80	7.341.293,56	47.991,02	7.770.337,38

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2018 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	5,0	7,0	3,00	14,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	313.581,04	4.023.590,80	64.611,84	4.401.783,68
- Benefícios diretos e indiretos	-	761.975,97	-	761.975,97
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	62.716,21	1.029.537,83	12.922,37	1.105.176,41
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	580.141,44	-	580.141,44
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	376.297,25	6.395.246,04	77.534,21	6.849.077,50

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2017 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,58	6,42	3,00	14,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	226.980,16	3.667.430,93	79.219,53	3.973.630,62
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.270.988,94	-	1.270.988,94
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	45.395,14	1.175.896,81	15.843,87	1.237.135,82

2017 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	549.896,62	-	549.896,62
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	272.375,30	6.664.213,30	95.063,40	7.031.652,00

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Nos anos de 2017 a 2019, distribuímos aos nossos diretores um bônus, nos valores demonstrados abaixo, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2019 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	8,00	1,00	11,00
Bônus	-	697.054,02	-	697.054,02
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	697.054,02	-	697.054,02
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2018 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	7,00	1,00	10,00
Bônus	-	580.141,44	-	580.141,44
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	580.141,44	-	580.141,44
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2017 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,58	6,42	3,00	14,00
Bônus	-	549.896,62	-	549.896,62
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	549.896,62	-	549.896,62
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.5. Em relação à remuneração baseadas em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.9. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Diretoria Estatutária
	31/12/2019
Nº de membros	8
Nº de membros remunerados	8
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	256.033,08
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	256.033,08

	Diretoria Estatutária
	31/12/2018
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	243.521,49
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	243.521,49

	Diretoria Estatutária
	31/12/2017
Nº de membros	6
Nº de membros remunerados	6
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	95.502,41
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	95.502,41

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros de da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho Fiscal e Administração.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,25	7	6,42	2	2	4,58	0,75	1	3,00
Nº de membros remunerados	7,25	7	6,42	2	2	2	0,75	1	1
Valor da maior remuneração individual	1.036.999,29	939.518,55	779.467,57	158.772,00	156.790,52	114.484,11	39.992,51	37.380,40	56.017,25
Valor da menor remuneração individual	606.342,16	565.212,14	494.880,00	158.772,00	156.790,52	36.646,65	39.992,51	26.731,44	23.202,28
Valor médio da remuneração	821.670,73	701.800,12	622.020,46	158.772,00	156.790,52	75.660,05	39.992,51	32.055,92	39.609,77

Observações:

Diretoria Estatutária

31/12/2019	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2019.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2019. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,0.</p>
31/12/2018	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2018.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2018. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,0.</p>
31/12/2017	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2017.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2017. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 4,0.</p>

Conselho de Administração

31/12/2019	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2019.</p>
31/12/2018	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2018.</p>
31/12/2017	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2017.</p>

Conselho Fiscal

31/12/2019	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2019.</p>
31/12/2018	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2018.</p>

31/12/2017	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2017.</p>
-------------------	---

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/19	dez/18	dez/17
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/19	dez/18	dez/16
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2020 até 30 de abril de 2021, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o

Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários (excluído Programa de Bônus), é de R\$ 9.267.875,93, com base no ajuste máximo de 5%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro.

Maio 2020 a abril 2021 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	8	1	11,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	334.098,63	6.338.867,24	61.585,15	6.734.551,01
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.060.027,16	-	1.060.027,16
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	66.819,73	1.394.161,00	12.317,03	1.473.297,76
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	400.918,35	8.793.055,40	73.902,18	9.267.875,93

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

- ANEXO III -

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.
CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES
12.5 Administradores e membros do conselho fiscal:
12.5.2 Membros do Conselho de Administração

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho de Administração.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Austin Laine Powell	27/09/1956	Engenheiro	946.522.287-91	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	4
Kjersti Roenningen	01/08/1967	Administradora	N/A	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	3
Simen Braein	12/11/1972	Cientista Político	063.292.317-29	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	3
Antonio Augusto de Miranda e Souza	14/07/1968	Administrador	641.734.106-20	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Não	1
Delvio Joaquim Lopes de Brito	27/03/1961	Advogado	494.037.376-20	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Não	3
Laurent Gonzalo	26/12/1979	Economista	063.427.187-33	Conselheiro suplente	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	3

Tron Engebretsen		Engenheiro	N/A	Conselheiro suplente	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Sim	3
Vicente Celso Orru de Azevedo	18/09/1959	Administrador	185.737.111-91	Conselheiro suplente	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2021	Nenhum	Não	2

a) Currículos dos membros do conselho fiscal:

AUSTIN LAINE POWELL, é Mestre e Bacharel em Administração de Empresas com honras pela Universidade do Texas. Há três anos na SN Power, Laine Powell ocupa atualmente os cargos de Gerente Geral para a SN Power Chile, supervisionando as atividades da empresa, e de Gerente Geral da empresa Energia Tinguiririca, uma parceria entre a SN Power e a Pacific Hydro no Chile. A Tinguiririca Energia é proprietária e opera duas UHEs (310 MW), no Vale Tinguiririca da Região VI, no Chile. Antes de ingressar na SN Power, Powell trabalhou na Duke Energy International 2002-2009, como Diretor de Operações para o Brasil, sendo também responsável por seus ativos localizados na Argentina e na Bolívia. Destaca-se ainda sua atuação na Enron Internacional, tendo ocupado várias posições ao longo de 08 anos de atividade. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro efetivo do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 12 de maio de 2014.

KJERSTI ROENNINGEN, é administradora formada em Organização de Empresas e Finanças Internacionais pela Universidade Heriot Watt, em Edinburgh, Escócia. A Sra. Kjersti iniciou sua carreira na Statkraft em 2008 ocupando o cargo de Gerente de Auditoria Interna, em 2013 atuou como Gerente de Interação e em 2014 passou a exercer a função de Senior Vice Presidente de Finanças para o segmento de International Hidro. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Kjersti atuou como auditora financeira na empresa Grøndahl & Dreyer até 1993, no ano seguinte atuou como gerente financeira pela mesma Companhia. Em 1995 atuou como Controller na NCA – Nippon Cargo Airlines, responsável pelos continentes Africanos e Asiático. No ano de 1998 ingressou na Orkla onde atuou como auditora interna até 2005, ano em que foi promovida para o cargo de Vicechefe de auditoria interna, cargo que exerceu até 2008.

SIMEN BRAEIN, formado em Ciências Políticas pela Universidade de Oslo (UiO) e atualmente ocupa a posição de Vice Presidente responsável pela Integração da Companhia com o modelo de gestão da Statkraft. Trabalha na Statkraft desde 2008, tendo atuado na Gestão Estratégica da Companhia e sendo parte do Conselho de Administração da empresa SN Power. Anteriormente trabalhou na Embaixada Norueguesa em Belgrado (2005-2008), foi Consul da Noruega em San Francisco/EUA (2001-2005) e trabalhou no Ministério de Relações Exteriores da Noruega (1998-2002).

ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA E SOUZA, bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília (UNB), exerce a função de Diretor de Administração na Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF). Durante o período de 1991 a 2014 trabalhou na Caixa Econômica Federal, tendo exercido as funções de Supervisor de Produção, Supervisor de

Logística e Auditor Interno. Ainda, participou do Conselho Deliberativo na Transparência Brasil (2007 a 2014), foi Vice-Presidente Regional/CO do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IAA Brasil) e Vice-Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle (2005-2009).

DELVIO JOAQUIM LOPES DE BRITO, graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduado em Gestão Estratégica de Instituições Financeiras pelo Unicentro Newton Paiva e com MBA Executivo em Economia e Gestão pela Fundação Getúlio Vargas, exerce a função de Diretor de Benefícios da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) desde junho/2014. Empregado na caixa desde 1981, já exerceu funções de Gerente de Núcleo, Chefe Central e Auditor. No período de 2004 a 2009 foi cedido ao Ministério Público Federal para realização de trabalho de análise de empreendimentos realizados pela FUNCEF, ocasião em que participou ainda de análises realizadas em outros fundos de pensão e auxiliou na criação da Assessoria de Pesquisa da Procuradoria Geral da República.

LAURENT GONZALO, formado em Ciências Econômicas pela Universidade de Barcelona (2003) e Gestão pela Universidade de Fribourg (2004), bem como MBA pela Accademie Suisse (2008). Atualmente ocupa a posição de Controller na Companhia. Está na Statkraft desde 2013, onde ocupou a função de Consultor Senior em assuntos estratégicos e relacionados às demonstrações financeiras do grupo. Anteriormente trabalhou na KPMG na auditoria e consultoria, tendo sido gerente de consultoria (2004-2013).

TRON ENGBRETHSEN, é Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Técnica de Trondheim, Noruega. Atualmente o Sr. Tron ocupa o cargo de Vice Presidente Sênior Chefe de Desenvolvimento Industrial na Área de Negócio Internacional da Hidro Statkraft. O Sr. Tron possui experiência executiva na indústria de energia hidrelétrica, anteriormente como Diretor de Produção da Statkraft com o portfólio de 180 plantas (1996-2013). Diretor Regional (1995-1996); Gerente de Informações (1994-1995); Gerente Técnico (1992-1994); Gerente Operacional para os ativos da Statkraftverkene (atualmente Statkraft e Statnett, 1991-1992); Vice Diretor de Produção (1988-1996); Gerente Técnico e Nacional de Despacho, ambos em Powerplants e Main Grade (1980-1991).

VICENTE CELSO ORRU DE AZEVEDO, formado em Administração pela Faculdade de Administração de Brasília, com MBA Profissional em Gestão Administrativa e Marketing na Escola Superior Aberta do Brasil, o Sr. Vicente atuou durante 33 anos no quadro de funcionário do Banco do Brasil, nas áreas de Recursos Humanos, Diretoria de Tecnologia e na Diretoria de Gestão de Segurança. Desenvolveu trabalhos em projetos de tecnologia nas áreas de RH, transações bancárias, logística e controle de ambientes de risco e controladoria, para rastreamento de fraudes organizacionais. Na FUNCEF, desenvolveu atividades de gestão na Diretoria de Administração como Gerente da GEAPE, nos segmentos de Compras e Contratos, RH e Gestão Documental. Atualmente na gestão da área de Tecnologia da Informação, como Gerente da GETIF, tendo sido designado Diretor Substituto da Diretoria de Administração, atuando como membro da Diretoria Executiva da FUNCEF.

12.5.3 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Emanuela Roggia	17/10/1983	Bacharel em Administração	003.457.880-36	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2020	Nenhum	Sim	4
Marcos Bett Pagani	07/10/1987	Tecnólogo em Sistemas de Energia	065.558.009-33	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2020	Nenhum	Sim	4
Paulo Andres Villacorta Guimaro Siqueira	17/12/1983	Economista	730.697.791-15	Conselheiro efetivo	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2020	Nenhum	Não	3
Natasha Gaertner Lewin	04/03/1986	Engenheira Civil	107.821.137-02	Conselheira suplente	15.04.20	15.04.20	Até a AGO de aprovação das contas de 2020	Nenhum	Sim	2

a) Currículos dos membros do conselho fiscal:

EMANUELA ROGGIA, graduada em Administração e em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Santa Maria. Ingressou no grupo Statkraft em Outubro de 2016 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Anteriormente a Sra. Emanuela atuou como Analista de Crédito no Reino Unido pelo período de Outubro de 2015 a Outubro de 2016, prestando serviços a empresas de energia e gás. De 2013 a 2015 atuou como Analista de Riscos nas empresas AES Tietê e Analista de Risco Sênior na Noble Comercializadora.

MARCOS BETT PAGANI, é Tecnólogo pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em 2012. O Sr. Marcos iniciou sua carreira no grupo Statkraft em 2015, ocupando o cargo de Coordenador de Back Office no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft o Sr. Marcos ocupou a posição de Analista de Regulação e Mercado na Desenvix Energias Renováveis S.A. desde 2013, cargo que ocupou até junho de 2015.

PAULO ANDRES VILLACORTA GUIMARO SIQUEIRA, possui experiência de 10 anos com análise e gestão de carteiras de crédito privado, tendo exercido cargo de Coordenador de Risco e Financiamento de Projetos no Banco Santander. Com MBA em finanças no Ibmec, possui graduação em Ciência Econômicas na Universidade de Brasília. Atualmente atua na área de Governança Corporativa da FUNCEF (R\$ 12 bilhões).

NATASHA GAERTNER LEWIN, é graduada em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui mestrado em Economia pela FGV/Rio. Ingresso no grupo Statkraft em janeiro de 2019, ocupando o cargo de Head de Middle Office. Em maio de 2016, a Sra. Natasha ingressou como Especialista de Riscos na Neoenergia e posteriormente atuou como Gerente de Riscos Corporativos até dezembro de 2018. De 2007 a 2016 atuou como Analista Financeira na área de Gestão de Riscos da mineradora Vale nos escritórios do RJ e da Suíça.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

12.6.1 Membros do Conselho de Administração

a) Nome	b) % de participação
Austin Laine Powell	100%
Kjersti Ronningen	100%
Simen Braein	100%
Antonio Augusto de Miranda e Souza	100%
Delvio Joaquim Lopes de Brito	100%

12.6.2 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) % de participação
Emanuela Roggia	100%

Marcos Bett Pagani	100%
Paulo Andres Siqueira	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.